

pombal



PUBLICAÇÕES
PERIÓDICAS

AUTORIZADO A CIRCULAR
EM INVÓLUCRO FECHADO
DE PLÁSTICO OU PAPEL



TAXA PAGA
PORTUGAL
CARRAZEDA DE ANSIÃES

AUTORIZAÇÃO N.º DE00982014RL/RCMN

Publicação Mensal | 20 de Fevereiro de 2017

| Ano XXI - N.º242 | Diretora: Fernanda Natália Lopes Pereira

0.50€



DIA DA MULHER

O Jornal **pombal**
tem o patrocínio do



INSTITUTO PORTUGUÊS
DO DESPORTO
E JUVENTUDE, I. P.



miravet
PRODUTOS PARA AGRICULTURA E PECUÁRIA, LDA.

Loja 1: Rua da República nº107 • tel. 278 263 263 • fax 278 262 628 • **5370-347 MIRANDELA**
Loja 2: Rua de Stº António • Tel/Fax 278 616 515 • **5140-095 CARRAZEDA DE ANSIÃES**
ARMAZÉM: Cruzamento de S. Salvador • Tel. 278 262 855 • **5370 MIRANDELA**
E-mail: geral@miravet.eu - www.miravet.eu



syngenta
Carmo



STIHL
HONDA



DELÍCIA DE ANSIÃES

Rua Jerónimo Barbosa | 5140-077 Carrazeda de Ansiães

965 307 759 278 108 717

Fabrico Próprio

- ✓ Bolos de Casamento
- ✓ Batizado
- ✓ Aniversário
- ✓ Pastelaria Variada
- ✓ Variada gama de pão
- ✓ Folares
- ✓ Pizzas
- ✓ Cachorros
- ✓ Hamburger



DOCES DA PURI

Puri Fernandes

Beco do Jaime, 30
5140-182 Parambos
Carrazeda de Ansiães
Trás-os-Montes

Telf.: 278 685 233
E-mail: dapuri@hotmail.com
<http://docesdapuriieetc.blogspot.com/>
<http://www.facebook.com/DocesdaPuri>



Decar, Moveis e Carpintaria

Cozinhas | Quartos | Salas

Parquet flutuante | Soalhos | Forros

Todo o tipo de mobiliário por medida

Loja e Exposição

Rua Tenente Aviador Melo Rodrigues n.85 R/C
Carrazeda de Ansiães

Celestino Araújo Alves

278615060 | 961867993 | 912093010

Rua Tinta Barroca n.º 74 | 5140-353 Carrazeda de Ansiães



JMLIMA
soc. mediação de seguros

José Lima

TM.: 91 943 55 56
jmlima.seguros@sapo.pt
www.jmlimaseguros.com

Rua Bombeiros Voluntários, 196
5140-060 CARRAZEDA DE ANSIÃES
T.: 278 616 218 F.: 278 617 953

Quintinha do Manel

Rua Tenente Aviador Melo Rodrigues
Carrazeda de Ansiães

Restaurante, Pensão / Residencial

278617487

SuperMaisAnsiães

Rua Drº José João de Freitas Nº 50 * 5140-069 - Carrazeda de Ansiães
Tlf./Fax 278 615 000

FICHA TÉCNICA

Nome

O Pombal

Propriedade

Associação Recreativa e Cultural
de Pombal de Ansiões

Nº de Pessoa Coletiva

500 798 001

Publicação Registada na D.G.C.S.

122017

Depósito Legal

129192/98

Diretora

Fernanda Natália Lopes Pereira

Paginação e Composição

Pedro Miguel Fernandes Carvalho

Redação e Impressão

Largo da Igreja, 1 - Pombal de Ansiões

5140-222 Pombal CRZ

Telef. 278 669 199

E-mail: jornalopombal@gmail.com

jornal@arcpa.pt

Home Page

<http://www.arcpa.pt>

SEDE DO EDITOR

Sede da ARCPA

ESTATUTO EDITORIAL

www.arcpa.pt

Redatores

Hélder Fernandes; Pedro Carvalho

Fotografia

Fernando Figueiredo; Fernanda Natália; Hélder Fernandes
Eduardo Pinto;

Colaboradores

Eduardo Pinto; Hélder Fernandes; Carlos Fernandes
Fernando Campos Gouveia; Flora Teixeira; Manuel Barreiras
Pinto; Catarina Lima; José Mesquita; Fátima Santos; Adriana
Teixeira; Susana Bento; Matilde Teixeira; Herminia Almeida;
Fernando Figueiredo; Vitor Paulo Lima; António Cunha
(Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores)

Tiragem Média

500 Exemplares

Preço

O jornal O POMBAL é gratuito para os
residentes em Pombal de Ansiões

Assinatura Anual (Sócios)

Portugal: 8,00 Euros;

Europa: 18,00 Euros;

Resto do Mundo: 25,00 Euros

Assinatura Anual (Não Sócios)

Portugal: 12,00 Euros; Europa: 25,00 Euros;

Resto do Mundo: 35,00 Euros

Pontos de Venda

Sede da ARCPA (Pombal);

Papelaria Horizonte; Ourivesaria Cardoso;

Papelaria Nunes

(Carrazeda de Ansiões)

Livraria/Papelaria CLIP (Vila Flor)

FUNDADO EM 1 DE JANEIRO 1997

EDITORIAL



Fernanda
Natália

Editorial

A 21 de novembro de 1911, no jornal "O Radical", publicado em Moncorvo e de tendências marcadamente republicanas, destaca-se uma notícia que dava conta aos leitores de uma muito louvada intervenção de um deputado municipal que pretendia saber quanto eram os gastos da Câmara Municipal na iluminação pública. Questão que ficou sem resposta pois, segundo a notícia a que nos reportamos, não tinham sido contabilizadas nas receitas e despesas seis barris de petróleo. A notícia vale agora, sobretudo, como documentos histórico que nos vem chamar a atenção de como em tão pouco tempo a tecnologia evoluiu e, aquilo que nos primórdios da I República era uma inovação na área da energia, depressa foi ultrapassado. Já à época em Lisboa não se discutiam os gastos do petróleo mas do gás, numa clara distinção da marcha da evolução tecnológica entre os meios urbanos e os rurais. E hoje já as lâmpadas de tungsténio se tornaram obsoletas porque, o sinal de modernidade, são as lâmpadas LEED. Como se vê, a iluminação pública é, por si só, exemplo crasso da velocidade alucinante com que se passaram a fazer as mudanças na sociedade pós moderna. Passou a viver-se a um ritmo vertiginoso, deglutindo-se refeições rápidas sem qualquer valor nutricional porque já não se pode perder tempo; nutre-se especial favoritismo pelos automóveis velozes, porque se quer chegar mais depressa ao destino; perde-se a paciência quando a internet está lenta. A vida humana passou a ser uma corrida contra o tempo, como se alguém nos perseguisse. Mas, talvez o perseguidor de cada um de nós sejamos nós mesmos, pois somos responsáveis pelo modo como vivemos o dia-a-dia. E, será que nesta corrida permanente em que estamos envolvidos não nos esquecemos do mais importante? Sim, esquecemo-nos de viver, sorvendo o que de melhor a vida tem para oferecer. Nos dias que correm o amor até tem dia próprio para ser celebrado, quando devia ser comemorado todos os dias. E, no resto dos dias do ano ficam as notícias sórdidas da violência no namoro. Fico perplexa e alarmada quando me chegam os números da estatística a dizer que quase 50% dos jovens acham estas situações normais. É imperioso repensar a educação. A rapidez da vida não deixa espaço ao diálogo e tudo parece ser mais fácil de resolver com as mais diversas formas de violência. Nós, humanos, temos muito que aprender com os animais. Recordo que o compositor Camille Saint-Saëns dizia que a única diferença entre os gatos e os seres humanos é que os gatos são mais bem-educados. E apresentava o exemplo do homem que chegando a casa afasta o gato do sofá para se sentar. E acrescentava que o inverso não sucedia. Num mês marcado pela época carnavalesca onde a sua imagem de marca é a transfiguração, a mudança de identidade, fica o apelo para que assumamos o que de melhor os animais têm para nos ensinar, sobretudo, a lealdade.

OURIVESARIA CARDOSO

de

José Alberto Pinto Pereira

Rua Luís Camões
Telef. 278 617 284 - 5140 Carrazeda de Ansiães



Tlf.: 278 610 040 Tlm: 917 838 018
Fax: 278 610 049 vanguardalda@gmail.com
Delegado Centro Sul (Coimbra)
Arq. Jaime Veiros Tlm.: 917837198

Rua Marechal Gomes da Costa, 319, 1º Dtº
5140-083 Carrazeda de Ansiães



RÁDIO ANSIÃES, C.R.L.

Rua Tenente Aviador Melo Rodrigues
5140-100 Carrazeda de Ansiães

Internet: www.radioansiaes.pt
E-mail: geral@radioansiaes.pt
Dep. Comercial: 910 043 373

Participar nos programas:	Publicidade:
Telefone: 278616295	910043373
SMS: 912217320	278616365
musica@radioansiaes.pt	Email: geral@radioansiaes.pt

A Rádio Ansiães apoia a ARCPA, ciente da colaboração no progresso do concelho de Carrazeda de Ansiães.

Ex.mo(s) Senhor(es) Associados/Assinantes

Caso pretendam receber o jornal, deverão recortar/copiar e preencher a Ficha de Assinatura abaixo e enviá-la para a ARCPA, com o respectivo meio de pagamento ou comprovativo de transferência bancária dos valores indicados, para as seguintes contas:

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (C.a Ansiães)

IBAN - PT50 0045 2190 40052054541 39

JORNAL O POMBAL

FICHA DE ASSINATURA

NOME - _____

MORADA - _____

LOCALIDADE - _____ CÓD. POSTAL - _____ - _____

PAÍS - _____

SÓCIOS ARCPA

Assinatura anual
8,00 Euros PORTUGAL
18,00 Euros EUROPA
25,00 Euros RESTO DO MUNDO

NÃO SÓCIOS

Assinatura anual
12,00 Euros PORTUGAL
25,00 Euros EUROPA
35,00 Euros RESTO DO MUNDO

ENVIO CHEQUE No _____ BANCO _____

VALE POSTAL No - _____

ou comprovativo de transferência bancária com a identificação do assinante

DATA - ____ / ____ / ____ Assinatura - _____

Envie para: Jornal O POMBAL * Largo da Igreja, 1 POMBAL

5140-222 POMBAL CRZ - CARRAZEDA DE ANSIÃES

Obs.: O pagamento deverá ser efectuado no início de cada ano.

CONTACTOS ÚTEIS

Carrazeda de Ansiães

Câmara Municipal:

Telef. 278 610 200 Fax. 278 616 404

Bombeiros Voluntários:

Telef. 278 616 104 Fax. 278 615 186

Guarda N. Republicana:

Telef. 278 610 020

Centro de Saúde (Urgência):

Telef. 278 610 050 Fax. 278 616 706

Sta Casa da Misericórdia (Lar de Idosos):

Telef. 278 616 747 Fax. 278 616 748

Águas de Carrazeda (Serviços de Águas e Saneamento):

Telef. 278 617 736

Farmácia Rainha:

Telef. 278 616 250

Farmácia Veiga:

Telef. 278 617 119

Caminhos de Ferro (Estação de Tua):

Telef. 278 685 177

Direcção Regional de Agricultura:

Telef. 278 616 361

Escola de Condução:

Telef. 278 616 278

Escola E-B-2,3 (Escola Secundária):

Telef. 278 618 190 Fax. 278 618 198

Centro Regional de S. Social:

Telef. 278 616 147 Fax. 278 616 251

Conservatória Predial e Civil:

Telef. 278 616 164 Fax. 278 615 327

Cartório Notarial:

Telef. 278 616 141

Serviço de Finanças:

Telef. 278 616 236

Tesouraria da Fazenda Pública:

Telef. 278 616 461

Centro Social e Paroquial de Pombal (Lar de Idosos):

Telef. 278 669 315



BORGES PINTO & FERREIRA, LDA.

Confeitaria e Pastelaria, Restaurante
Snack-Bar, Salão de Chá e Café

Rua do Campo Alegre, 654
Telefone 226 068 646
4150-171 PORTO



Largo do Chafariz - 5070 Alijó
Telef. 259 956 691

Rua Luis de Camões, 791 - 5140 Carrazeda de Ansiães
Telef. 278 616 335

Av. das Amoreiras, 130 - 5370 Mirandela
Telef. 278 265 213
Telem. 912 224 418



Regulamento Cedência do Salão

Sócio(a) / Filho(a) de Sócio(a) / Cônjuge

Dias	Sal o	Loi as	Co inha	Sal o/Loi as/Co inha
1	40€	15€	30€	75€
3/4	100€	40€	80€	200€

Não Sócio(a)

Dias	Sal o	Loi as	Co inha	Sal o/Loi as/Co inha
1	80€	30€	60€	150€
3/4	200€	80€	150€	300€

Obs: Para este efeito, as regalias de sócio, adquirem-se desde que se seja sócio(a) há mais de um ano, na data do pedido.

O sal o deverá ser sempre pedido por escrito, com uma antecedência adequada.

Para casamentos, principalmente no Ver o e datas festivas, a antecedência deverá ser, no m nimo de três meses,

Os pedidos ser o objecto de aprecia o e decis o, por ordem de chegada. Sempre que os pedidos sejam coincidentes, os sócios ter o preferência sobre os n o-sócios.



Especialidades da Casa:
Carnes:

Viande, Jacuati, Costão Brava, Ferviz e Arroz de Loba

Peixes:

Polvo, Bacalhau, Espinas, e Patinhos do Nosso Rio

Agência: TOTOBOLA - TOTOLOTO

ESPLANADAS DE LAZER

E PAISAGENS ESPECTACULARES

Restaurante
CALÇA CURTA

Telef. 278 685 255
545-93 TUN

O NOVO

TALHO NOVO



talhonovo@hotmail.com
Carrazeda de Ansiães

Visite o nosso site
www.arcpa.pt



SERRALHARIA A NOVA

DE: ALBINO AUGUSTO CARVALHO

— FERRO E ALUMÍNIO —

ZONA INDUSTRIAL, LOTE 6 * Tele/Fax 278 615 268
Tel: 917 601 847 * 5140-105 CARRAZEDA DE ANSIÃES



O Entrudo Transmontano

Hélder Fernandes

O Entrudo é sem dúvida uma das tradições mais autêntica e genuína do nordeste transmontano!

Embora os tempos mudem e as pessoas tenham que acompanhar essas mudanças, não devem, contudo, esquecer a sua história. Esta deve ser preservada se se pretende compreender de onde vêm os festejos carnavalescos e, o porquê de ainda existirem determinados rituais que se mantêm e que derivam da nossa história. É necessário compreender que a nossa identidade é construída não só pelo presente, mas principalmente pelo nosso passado, pelas nossas raízes.

Perde-se no tempo a origem do Entrudo transmontano, sabendo-se que está associado às antigas festas da Natureza e da agricultura, as festas Saturnais romanas e as Luperciais celebradas em honra de Pan, o deus dos rebanhos.

Assim, sabe-se que pela altura do Entrudo, o homem saía à rua e realizava festas em honra das divindades agrárias, para que estas fossem bondosas e lhe dessem colheitas abundantes no novo início do ciclo da vida. Estas celebrações do culto à fertilidade da Mãe Natureza, tinha por finalidade fazer esquecer o Inverno difícil e cheio de dificuldades, para reentrar num novo período de abundância nas colheitas.

Tal como comprovam as referências feitas pelo Abade Baçal e o Padre Firmino Martins, sobre a origem do Entrudo referem essa "infinidade de festas em honra dos Deuses protetores dos campos, dos trabalhos, das sementes, dos frutos, intempéries, doenças, dos lares, dos atos de casamento, da guerra, da morte!".

O Entrudo é festejado em muitas aldeias da terra fria transmontana, bem como da terra quente, como é o caso de Podence.

Nesta aldeia os Caretos são as principais figuras da festa, os seres quase fantásticos destes rituais pagãos, transmitidos de pais para filhos, a quem (quase) tudo é permitido! Envergam os seus trajes coloridos e escondem a cara entre a máscara, colocam à cintura uma enfiada de chocalhos com campainhas, correndo e saltando pela rua fora em folia, celebrando este período que antecede o início da Quaresma. A Quaresma representa, no calendário religioso, um período de calma, reflexão e contenção, tal como diz o ditado popular "cansar no Carnaval para acalmar até à Páscoa".

A máscara usada pelos Caretos é feita de lata e apresenta o rosto de um ser humano, por norma é pintada de vermelho ou preto, tem um nariz pontiagudo, dando-lhe um aspeto fantástico. Os fatos vistosos são de fabrico caseiro, constituídos por calça e casaco com capuz de espessas franjas, são muito garridos, onde predominam as cores laranja, verde, vermelho e amarelo.

Nos últimos tempos, o Entrudo festejado em algumas localidades do nordeste transmontano tem vindo a ganhar importância e uma maior projeção, cativando cada vez mais visitantes e turistas para apreciar e celebrar o Entrudo de uma forma completamente diferente. Desta forma, mantém-se viva e perpetua-se uma manifestação única do património material e imaterial relacionado com os trajes e máscaras dos rituais de inverno.



Ricardo Mateus
Professor da Universidade do Minho

Lições de sustentabilidade das construções tradicionais transmontanas

Jorge Fernandes
Arquiteto/Investigador do
Centro de Território Ambiente e Construção
(CTAC) da Universidade do Minho



Figura 1. Varanda e varanda envidraçada em Bragança. © Jorge Fernandes



Figura 2. Habitação vernácula em Guadramil, Bragança. © Jorge Fernandes

Falar do contributo das construções tradicionais transmontanas para a arquitetura contemporânea parece um contrassenso tendo por base aquilo que tem sido defendido nos últimos anos, onde se procura um novo paradigma assente na modernidade, nas tecnologias de informação, e nos mais recentes desenvolvimentos técnico-científicos. Num passado recente em Portugal, o êxodo das populações rurais para os meios urbanos em busca de melhores condições de vida, levou a uma quebra com as tradições e a uma desvalorização do “antigo”. A título de exemplo, a industrialização e a rápida disseminação dos novos materiais standardizados, sentida em Portugal com mais ênfase a partir de meados do séc. XX, vieram uniformizar os modos de construir. Este paradigma de modernidade contribuiu para a desvalorização e para o abandono do conhecimento tradicional empírico, desenvolvido e aprimorado ao longo de gerações, conduzindo ao seu esquecimento. Ao nível das construções, as imagens negativas relacionadas com a pobreza e o subdesenvolvimento, tanto ao nível dos materiais usados como dos modos de vida, contribuíram para a rejeição deste tipo de construções.

Ultimamente, tem emergido uma nova linha de pensamento onde se defende que o paradigma atual também deverá ter espaço para as tradições. Sabe-se que o legado dos nossos antepassados, por exemplo, as suas tradições, gastronomia e património edificado são os pilares base da nossa identidade e, pela sua singularidade, posicionam Portugal como um dos principais destinos turísticos da atualidade. É ainda necessário ter em mente que sempre que um edifício antigo se transforma em ruína, perdem-se com este as memórias do local e todo o investimento económico feito pelos nossos antepassados para a construção e manutenção do mesmo.

No contexto do parque habitacional, vários estudos têm sido conduzidos no sentido de caracterizar o existente, identificando de que modo o mesmo poderá dar resposta às necessidades atuais, particularmente ao nível da satisfação das expectativas de conforto dos seus habitantes. Qualquer intervenção que se realize num edifício tem de ser necessariamente precedida de uma análise cuidada da situação existente, no sentido de identificar os aspetos a melhorar (por exemplo, a introdução de isolamento térmico na cobertura ou a substituição das caixilharias das janelas) e as soluções existentes que deverão ser mantidas.

Neste sentido, e no que respeita à caracterização dos edifícios tradicionais das diferentes zonas do país, nomeadamente os de construção vernácula, a Universidade do Minho no âmbito do projeto reVer (www.rever.pt) tem conduzido alguns estudos a nível nacional no sentido de perceber melhor o seu funcionamento e de identificar princípios de sustentabilidade. Estes princípios nas construções existentes deverão ser mantidos e valorizados sempre que possível, mas também poderão ser integrados nos edifícios de arquitetura contemporânea, por forma otimizar as suas condições de conforto por meios passivos, isto é, sem recorrer a sistemas mecânicos de aquecimento e arrefecimento, e reduzir os seus impactes ambientais. Estes estudos têm-se centrado na caracterização e análise das soluções construtivas e desempenho térmico de construções típicas de várias regiões nacionais como, por exemplo, as casas de granito com varandas envidraçadas (Beira Alta e Trás-os-Montes), os Palheiros de Mira (Litoral Centro) e a arquitetura em terra (Alentejo). Estes edifícios tradicionais eram, em geral, concebidos de modo a garantir o nível máximo de conforto possível, utilizando os poucos recursos existentes à época e recorrendo principalmente a estratégias passivas de climatização, pois não havia energia elétrica nem os convencionais sistemas de climatização. Com os conhecimentos técnico-científicos atuais é possível perceber e quantificar os contributos destas estratégias para esse bom comportamento, mas os nossos antepassados pelos seus conhecimentos empíricos, afinados ao longo de gerações, já sabiam o que deveria ser feito para dar resposta às suas necessidades. Analisando os resultados dos referidos estudos consegue-se perceber que existem princípios utilizados nos edifícios vernáculos que permitem que estes tenham um comportamento térmico passivo melhor do que muitas das habitações mais recentes.

Assim, é pertinente pensar o futuro da construção assente na reflexão sobre o que foi o seu passado, segundo alguns autores, mais sustentável. A estreita e profunda relação com o meio envolvente definiu a arquitetura vernácula como um dos mais significativos e marcantes aspetos da intervenção humana na paisagem, em que se manifestam diversos condicionalismos – geográficos, económicos, sociais, históricos e culturais – dos locais e dos grupos populacionais que as constroem e habitam [1], [2]. A diferenciação regional destas construções manifesta-se pela utilização de materiais e técnicas locais e pela necessidade de adaptação às especificidades climáticas, à atividade económica e aos costumes das comunidades [1]. Numa definição etimológica pode-se definir o termo “arquitetura vernácula” como a “arte de construir nativa” ou própria de um local [2].

Com este tipo de trabalhos não se pretende defender o modo de habitar que se verificava antigamente, nem defender que se deve preservar tudo como está. O que se pretende é salvaguardar a memória do passado, para que, à luz do conhecimento técnico-científico atual e das novas tecnologias existentes, perceber de que modo os princípios de projeto e os materiais de construção tradicionais poderão contribuir para uma maior sustentabilidade (ambiental, social e económica) da arquitetura contemporânea. Como referido na “Carta sobre o património construído vernáculo” [3], encarar o património vernáculo como um fator privilegiado de desenvolvimento local é o ponto de partida para a sua valorização e proteção. Este poderá ter um contributo para a dinamização das economias locais através da investigação, formação de profissionais nas técnicas tradicionais e pelas próprias ações de conservação ou adaptação do património vernáculo existente.

Existem princípios adotados na construção vernácula desta zona do país, que à luz do conhecimento técnico-científico atual são válidos para serem considerados tanto nos edifícios existentes como na construção de novos edifícios, e que contribuirão para a criação de um ambiente construído mais sustentável, destacando-se a título de exemplo:

- povoamento concentrado e implantação dos edifícios em zonas de solos menos férteis, poupando os melhores solos para o cultivo; implantação em encostas viradas a sul, ou mais expostas ao sol, e protegidas dos ventos dominantes; e adaptação dos edifícios ao relevo natural do terreno.
- utilização de materiais locais; no caso da arquitetura vernácula portuguesa é possível afirmar que onde existe pedra a população utiliza-a como material de construção; na falta desta, constrói-se com terra, madeira ou outros materiais vegetais [1]. Os materiais obtinham-se na área geográfica onde os edifícios eram erguidos. Mesmo em áreas de fronteira litológica os exemplos de construções que usam pedra de regiões vizinhas são raros, já que os poucos recursos económicos das populações não lhes permitiam aceder a materiais que não fossem de aprovisionamento local. A utilização de materiais locais, evidenciada na arquitetura vernácula, apresenta algumas vantagens que importa sintetizar: são materiais locais no âmbito mais restrito de abrangência territorial, não necessitando de transporte; necessitam de pouco processamento e consequentemente estão associados a reduzidas emissões de dióxido de carbono; são materiais naturais, muitas das vezes orgânicos, biodegradáveis e renováveis, com baixa manutenção ou com manutenção a baixo custo. Como os materiais se formaram em contextos geográficos específicos, estão mais adaptados às condições climáticas locais, sendo por isso mais duráveis. Em última análise, a promoção do uso de materiais locais poderá gerar emprego e fortalecer as economias locais. Pelos motivos descritos, os materiais e técnicas locais têm um grande potencial de serem aperfeiçoados e aplicados a construções contemporâneas de cada região;
- a utilização de materiais pesados – elevada inércia térmica (granito e xisto) nas paredes exteriores, permite controlar as flutuações bruscas de temperatura nos espaços interiores, mantendo-se a temperatura interior mais estável que a exterior;
- As varandas são um elemento identitário da arquitetura vernácula transmontana e assumem nas habitações uma função de relação e transição entre a rua e o seu interior. Normalmente bem orientados, são espaços privilegiados para apanhar sol, servindo de espaço para realização de algumas tarefas domésticas — espalhar e fiar o linho, secar o cereal, estender a roupa, etc. — e lugar de estar da família [1], [4]. As varandas são elementos bem orientados entre sul e poente, quadrante que durante o inverno recebe o maior número de horas de sol com a radiação mais intensa, sendo também o mais abrigado dos ventos dominantes [4]. A utilização das varandas envidraçadas permite tirar proveito da radiação solar nos dias frios e soalheiros de inverno. Este tipo de elemento permite “aprisionar” os ganhos solares e reduzir as perdas de calor para o exterior;
- A utilização de tanques e “poças” de água na proximidade dos edifícios, permite no verão gerar um efeito de termorregulação do ambiente envolvente devido à evaporação da água (arrefecimento evaporativo), aumentando o conforto térmico nos espaços exteriores e, consequentemente, nos interiores;
- A utilização de ramadas de vinha (ou outras plantas de folha caduca) no sombreamento dos envidraçados e espaços exteriores circundantes das habitações. Esta estratégia de sombreamento com plantas para além de contribuir para a redução dos ganhos de calor, indesejáveis durante o verão, permite também, através do efeito de evapotranspiração das plantas, reduzir a temperatura do ar na sua área de influência;
- Organização dos espaços interiores para otimizar as condições de conforto térmico e reduzir o desperdício de energia. Por exemplo, a distribuição dos quartos em redor ou próximos de um espaço gerador de calor como era a cozinha, onde se localizavam a lareira e o forno. A colocação da lareira e do forno junto a paredes interior de elevada massa permitia o armazenamento de calor durante um período de tempo maior.

Tendo por base alguns dos exemplos apresentados e o contexto do passado, nomeadamente a dificuldade de acesso às restantes áreas do país, que fomentou uma economia autossuficiente em recursos e saberes, a zona de Trás-os-Montes é rica em exemplares de edifícios e de princípios de construção únicos que devem ser estudados e preservados. Como referido anteriormente, o estudo e valorização deste tipo de construções podem ser fatores privilegiados para o desenvolvimento socioeconómico local, através da investigação, formação de profissionais nas técnicas tradicionais e pelas próprias ações de conservação ou adaptação do património vernáculo existente.

Tendo em consideração o contexto atual, afetado por uma crise financeira recente, e face aos múltiplos desafios ambientais globais, onde a procura de formas de energias mais limpas e edifícios mais eficientes assume destaque, é pertinente o estudo das estratégias de adaptação ao meio envolvente presentes nas construções vernáculas, caracterizadas pela simplicidade, funcionamento passivo e baixo impacto ambiental.

No que diz respeito ao projeto de edifícios de elevado desempenho, existem dois conceitos que estão na ordem do dia, nomeadamente os Edifícios de Balanço Energético Nulo (conhecidos pelo acrónimo em inglês ZEB) e os Edifícios Sustentáveis. Os edifícios ZEB caracterizam-se pelo seu elevado desempenho em eficiência energética, em que a energia que necessitam para operar deve ser compensada pela produção de energia de fontes renováveis (ex.: painéis solares térmicos e fotovoltaicos), por forma a alcançar um balanço energético anual nulo. No caso dos Edifícios Sustentáveis, as exigências de desempenho são mais abrangentes, contemplando não apenas os parâmetros energéticos, mas considerando também outros parâmetros ambientais (ex.: impactos ambientais associados aos materiais de construção), sociais e económicos. Ou seja, um edifício com bom desempenho energético pode não ter um bom desempenho ao nível dos restantes indicadores de sustentabilidade.

Pelo seu isolamento e autossuficiência, as aldeias transmontanas e alguns dos princípios utilizados na construção de edifícios antigos são modelos que servem de base à definição de soluções para a satisfação dos princípios associados aos referidos conceitos. Aprendendo com o passado, o futuro poderá utilizar o potencial tecnológico existente e melhorar as tecnologias vernáculas. Vernáculo não significa passado, mas sim que é próprio dos sítios.

Referências

- [1] E. V. Oliveira and F. Galhano, *Arquitetura Tradicional Portuguesa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992. [2] P. Oliver, Ed., *Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. [3] ICOMOS, “Charter on the built vernacular heritage,” Mexico, 1999. [4] AAVV, *Arquitetura Popular em Portugal*, 3rd ed. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988.



O Perfil dos Alunos em Consulta Pública

António Duarte Cunha

Diretor do Agrupamento de Escolas Joaquim de Araújo (Penafiel)



Estará em consulta pública, até ao próximo dia 13 de março, o documento “*Perfil de Saída do Aluno no Final da Escolaridade Obrigatória*” que se afirma como o referencial para a escolaridade obrigatória, de base humanista o qual, segundo o coordenador do grupo de trabalho que construiu o documento, Doutor Guilherme d'Oliveira Martins, considera as aprendizagens como o centro do processo educativo e a inclusão como uma exigência.

O documento em questão explicita princípios, visão, valores, competências-chave e implicações práticas decorrentes, estabelecendo claramente uma conceção de escola comprometida com o que se pretende que os alunos alcancem ao longo de um percurso de doze anos de escolaridade obrigatória: “aprendizagens essenciais, equacionadas em função da evolução do conhecimento e dos contextos histórico-sociais.”

Realçarei apenas os princípios e as competências-chave apostos no documento.

Conscientes da factual complexidade e da imprevisibilidade do mundo de hoje, globalmente desafiador e em constante mudança, é legítimo pretender-se uma Escola que faculte aos seus alunos as ferramentas necessárias para que possam aprender ao longo da vida e acautelar o seu futuro. Thomas Frey, do *DaVinci Institute* e *Futurist Speakers da Google* afirma que 60% dos empregos dos próximos dez anos ainda não foram criados. Ou seja, o futuro exigirá aos alunos de hoje especialização, flexibilidade e capacidade de adaptação a novos requisitos laborais uma vez que ao surgirem novos empregos, outros tantos se extinguirão. Para responder a esta exigência, mas não só, o documento explicita oito princípios que “subjazem ao trabalho de natureza curricular”: (1) um perfil de base humanista, (2) educar ensinando para a consecução efetiva das aprendizagens, (3) incluir como requisito de educação – uma escola para todos -, (4) contribuir para um desenvolvimento sustentável, (5) educar ensinando com coerência e flexibilidade, (6) agir com adaptabilidade e ousadia, (7) garantir a estabilidade e, por último, (8) valorizar o saber.

A volatilidade e a imprevisibilidade do futuro não obterão resposta num sistema educativo centrado exclusivamente no conhecimento, demasiado “programado”, nada flexível e avaliado quase exclusivamente através de testes/exames/provas finais. O futuro exige competências “mobilizadoras de conhecimento, de capacidades e de atitudes” em jovens e adultos cientes do seu lugar no mundo, dotados de pensamento crítico, autónomos, inovadores, criativos, colaborativos, capazes de criar sinergias.

O Perfil do Aluno (PerA) enuncia dez competências-chave a desenvolver ao longo da escolaridade obrigatória de doze anos:

1. Linguagens e textos;
2. Informação e comunicação;
3. Raciocínio e resolução de problemas;
4. Pensamento crítico e pensamento criativo;
5. Relacionamento interpessoal;
6. Desenvolvimento pessoal e autonomia;
7. Bem-estar e saúde;
8. Sensibilidade estética e artística;
9. Saber técnico e tecnologias;
10. Consciência e domínio do corpo.



Estas competências são transversais a todas as disciplinas que fazem parte das matrizes curriculares atualmente em vigor e nelas se pretende o desenvolvimento da leitura, da escrita, da capacidade de perceber e usar os números e as operações, tecnologia da informação e da comunicação, fundamentais na contínua aprendizagem ao longo da vida.

O PerA configura, a meu ver uma reforma, mais uma, que obrigará a uma mudança substancial na organização das escolas, no trabalho dos professores, principalmente no que respeita às metodologias de ensino, exigindo trabalho de projeto colaborativo e interdisciplinar. Imporá também investimento na formação contínua dos docentes e uma mudança na forma como se avalia, com outras modalidades e instrumentos que já existiam, mas pouco utilizados ou valorizados. Necessitará consequentemente de um diploma legal que estabeleça os novos princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos dos ensinos básico e secundário, e da avaliação das aprendizagens.

Espero para ver qual o impacto que terá nas escolas e nas suas comunidades educativas. Temo é que mudando um dia a cor política da governação, mude, uma vez mais, por voluntarismo político, o que se fez só porque sim, deixando-nos a todos pálidos de esperança em relação ao futuro da educação em Portugal por excesso de miopia política, falta de visão estratégica. A falta de um pacto de regime para a educação do nosso país a médio e longo prazo dá aso a avanços e recuos que têm prejudicado demais e irresponsavelmente o ensino no nosso país.



Dia de Nossa Senhora de Lurdes

Helena Afonso



O culto a Nossa Senhora de Lurdes teve origem em 1858 a 11 de fevereiro, na cidade francesa de Lourdes, aquando das primeiras aparições na gruta de Massabielle. O papa Pio IX autorizou a veneração da Virgem Maria em Lourdes em 1862.

No dia 11 de fevereiro, dia de celebração das primeiras aparições de Nossa Senhora de Lurdes, não quisemos deixar de assinalar e celebrar este dia tão importante da Igreja.

A Diocese de Bragança-Miranda estabeleceu para o ano de 2017, no âmbito do seu projeto pastoral, viver o Ano Mariano, com o objetivo de se “assumir as atitudes de Maria no seguimento de Jesus”.

Assim, esta celebração na nossa aldeia esteve integrada nas peregrinações do ano Mariano, que começaram com uma peregrinação ao Santuário dos Cerejais prosseguindo no Santuário da Nossa Senhora de Lurdes.

Iniciou-se o terço na Capelinha, seguindo-se em procissão com o andor de Nossa Senhora de Lurdes até as instalações do Centro Social e Paroquial de Pombal de Ansiães, onde os nossos utentes aguardavam ansiosamente pela chegada da procissão.

Nas instalações da instituição iniciou-se celebração da eucaristia, presidida pelos reverendíssimos párocos Óscar Paiva e António Bernardo.

De salientar que juntamente com os utentes que já habitualmente se encontram na instituição, assistiu à celebração uma assembleia bem composta.

No fim da missa a instituição ofereceu um lanche convívio a todos os presentes nas celebrações. Tendo sido um momento de agradável confraternização da nossa comunidade em que todos apreciaram e disfrutaram do mesmo.

De enaltecer esta iniciativa da Unidade pastoral de Ansiães que obteve bons resultados. Esperamos assim que mais iniciativas de cariz religioso e outras, se realizem para promover o espírito solidário e de comunhão, no seguimento da mensagem que o ano Mariano nos pretende deixar: “*Fazei o que Ele vos disser*” (Jo 2,5).



Assistência Técnica, Material e Suporte Informático
Centro de Cópias, Design Gráfico & Publicidade
Sistemas de faturação

☎ 278 099 116 - 938 724 712

✉ infoprint.crz@gmail.com

f [infoprintcarrazedada](https://www.facebook.com/infoprintcarrazedada)

📍 Praça D. Lopo Vaz de Sampaio nº50 R/C
Carrazedada de Ansiães



PATRIMÓNIO E CIDADANIA

Fernando Figueiredo

I

NÃO SOU ATENIENSE NEM GREGO, MAS SIM UM CIDADÃO DO MUNDO

(SÓCRATES, Filósofo grego do Séc. V. a. C.)

Tenho pensado muito nesta afirmação atribuída a um dos espíritos mais brilhantes da Humanidade, que nada deixou escrito, tendo o seu pensamento chegado até nós, através dos seus dois importantes discípulos, eles próprios também vultos de primeiro plano, de todos os tempos: Platão e Aristóteles.

O mais notável é que Sócrates viveu num tempo e num espaço em que a Polis grega (a cidade e o espaço que a envolvia) era praticamente tudo. Os gregos só vagamente se sentiam um povo e o seu mundo conhecido era muito restrito.

Com efeito, cada Polis tinha o seu governo, a sua administração e as suas leis. As Polis, como verdadeiros Estados autónomos, lutavam entre si. No entanto, os habitantes da Hélade (Grécia), porque utilizavam a mesma língua, adoravam os mesmos deuses, participavam nos jogos pan-helénicos e tinham costumes semelhantes, ou seja, tinham a mesma cultura, sentiam-se um povo que, perante uma ameaça externa, quase sempre se unia. O mundo dos gregos tinha como centro o Mar Mediterrâneo e os espaços que o rodeavam, não incluindo as maiores áreas que iam para além de todas essas periferias.

Sócrates dava prioridade a este mundo, secundarizando aqueles espaços mais restritos da Polis e da Hélade, que bem conhecia, mas onde, obviamente, tudo era sempre mais pequeno. Na verdade, tal correspondia a uma visão incomum do Mundo e do Homem a quem esse mundo se destinava. Daí o seu avanço em relação ao tempo em que viveu.

Hoje, entendemos que o ideal, a meta última da CIDADANIA, compreendendo ela o exercício dos direitos e deveres cívicos, políticos e sociais, em qualquer parte do Globo, é incompatível com a existência de regionalismos, de nacionalismos, de fronteiras, de países e de qualquer tipo de limites à circulação de pessoas. Percebemos também como estamos a uma enorme distância da sua efectivação, tantos são os interesses em jogo e a mesquinhez das avaliações dos valores. Muitas vezes temos recuado...

Dando um exemplo concreto: a mera existência de Passaportes configura bem como se não é cidadão em todo o lado, mas apenas de um país ou região. O Passaporte certifica-o, mas é, ao mesmo tempo, uma evidência da falta de universalidade da CIDADANIA.

Ainda que este sentido de universalidade estivesse já bem presente no pensamento socrático (cindo séculos antes do Nascimento de Cristo!), tudo havia de caminhar lento e com enormes recuos e sobressaltos, desde então.

Foi precisamente na Grécia que surgiu o conceito de CIDADANIA, atendendo às transformações que, ao longo dos séculos VI e V a. C., ocorreram na Ática (região de Atenas) e que conduziram à atribuição de direitos e deveres aos habitantes da Cidade – o Cidadão. Na verdade, eles foram concedidos apenas aos elementos masculinos (e não todos) da Pólis, unidade territorial que transcendia o espaço da cidade propriamente dita, abrangendo todo o espaço que lhe garantia a sustentação.

Convirá ter presente que o Séc. V a. C. é um ponto de partida para a posteridade, mas é antes um importante ponto de chegada da Antiguidade, designadamente na própria Hélade.

Com efeito, Drácon, Sólon e Pisístrato, antes de Clístenes, a quem é atribuída a instalação da democracia em Atenas, promoveram importantes reformas que atingiram os velhos detentores da propriedade e do poder, acabando com os abusos que lhe estavam associados. A mais avançada consistiu na divisão do território da Ática e da própria cidade de Atenas em Demos. Estas subdivisões, incluindo espaço urbano, litoral e interior e visando a auto-suficiência, tinham órgãos próprios e administravam-se de forma descentralizada, funcionando como uma mini-Pólis.

A transformação do território em Demos enfraqueceu os Genoi – grupos aristocráticos –, que dominavam as Fratrias – associações familiares tradicionais. Foi nestes Demos que se procedeu à listagem dos cidadãos a quem, pela concessão do voto, se deu oportunidade de participar na manutenção e gestão da Pólis.

Os tiranos que lideraram estas reformas foram apoiados pelos estratos sociais não proprietários, na sua luta contra a velha aristocracia, detentora quase exclusiva da propriedade, mas que se mostrava desajustada aos novos desafios e travava sobretudo o exercício de actividades comerciais e artesanais, em franca expansão, mas também a meritocracia e o individualismo. Recorde-se que estes dois últimos conceitos estavam já implícitos na realização e distinção dos atletas nos Jogos Olímpicos, celebrados desde o Séc. VIII a. C. (três séculos antes!)

As reformas de Clístenes, em 508 a. C., foram mesmo o resultado directo de grandes revoltas sociais na cidade de Atenas, em que o poder caiu na rua e os habitantes chamaram este antigo tirano para com ele negociar um exercício que contemplasse a sua intervenção. Ou seja: uma ordem negociada, não imposta. Foi assim que nasceu a democracia ateniense, antecessora das democracias representativas actuais.

Tinham apenas direito de voto os habitantes masculinos da Pólis, maiores de 18 anos, com dois anos de serviço militar cumprido, filhos de pai e mãe atenienses. A liberdade, para eleger e ser eleito, pressupunha detenção de propriedade. Ou seja: os direitos cívicos e políticos eram apenas para cerca de 10 % da população da Pólis (Em 430 a. C., eram 30.000 habitantes em 300.000 da Ática). Os metecos (estrangeiros) apenas tinham direitos cívicos. As mulheres não tinham direitos cívicos nem políticos (eram 45% da população!). O mesmo acontecia com os escravos (10 a 15%), sendo eles próprios considerados propriedade dos seus detentores. Do mal, o menos!

Como ponto de partida, para o futuro da Cidadania, pode dizer-se que o exemplo ateniense se estendeu a outras cidades gregas e às suas colónias, e influenciou fortemente o império helenístico e o romano, que se lhe seguiram.

Na Roma Antiga (Real e Republicana), a grande divisão entre patrícios e plebeus assentava, precisamente, na diferente posse da terra, que se reflectia na atribuição dos direitos cívicos e políticos. Só com muita luta, os tribunos da plebe conseguiram uma pequena representação nas magistraturas e no Senado da República (res+publica – coisa pública).

Com o Império, a sociedade marcadamente urbanizada, tinha uma base censitária (com base na posse e no respectivo imposto). O alargamento posterior e gradual da Cidadania beneficiou da evolução do Direito, mas só ocorreu com uma maior necessidade de o Estado arrecadar receitas, envolvendo, assim, todos os habitantes (proprietários) do Império a partir do Édito de Caracala (212). Até então, os direitos cívicos e políticos dependiam principalmente do estatuto atribuído às várias províncias do Império.

Na Idade Média (Séculos V-XV), o domínio senhorial é bem o exemplo de um complexo processo de dependências, com base na detenção da propriedade do seu senhor. Tal situação não era propícia à afirmação individual e, durante os primeiros séculos, nem sequer a alguma mobilidade social. Sabemos como os privilegiados, em escasso número, detinham a maioria dos bens e praticamente todo o poder nesta sociedade profundamente desigual, que substituiu o escravo pelo servo.

Todavia, as corporações de artes e ofícios, com uma organização que comportava mestres, oficiais e aprendizes, bem como, a nível mais vasto, as guildas ou hansas (grandes empresas comerciais e marítimas), representavam uma forma de propriedade, de responsabilidade individual e de progressão, que era inovadora, relativamente ao modelo rural predominante, apesar de muito condicionada e também ela sujeita a normas rígidas de funcionamento. Por outro lado, desenvolviam e incorporavam uma importante componente mutualista, com base nas Irmandades e Confrarias, inspiradas na solidariedade e ainda não nos direitos individuais.

A partir do ressurgimento económico, na Europa Ocidental, encetado no século XI, com o alargamento do espaço geográfico, sobretudo à actividade comercial, surgirá uma burguesia, que se tornará a grande actriz da Modernidade e da Contemporaneidade.

Entretanto, as universidades retomarão muito da ciência antiga e criarão novos saberes, sendo o embrião de outros poderes (o saber é poder!) e de um movimento crítico posterior.

Refira-se ainda, na Inglaterra, a Magna Carta (1215), o *Habeas Corpus* e o Parlamento (Séc. XIV), como marcos importantes na alteração da correlação de forças sociais, com repercussão nas liberdades individuais e da partilha de poder, ainda e só entre os proprietários.

Esta diversidade contrária, apesar de tudo, uma visão ultrapassada, que apresentava a Idade Média como um longo período de dez séculos de trevas. Ao contrário, esse fio de continuidade e de melhoramento perpassou e lançou raízes para os períodos seguintes da aventura humana.

(Continua no próximo número)





Crónicas de uma pombalense

Hermínia Almeida

Aristides de Sousa Mendes – o português herói do Holocausto



Na edição do passado mês de janeiro quis evocar a memória das vítimas do Holocausto, lembrando aos leitores esse crime contra a humanidade que manchou a História Mundial do século XX. Mas, este exercício de memória não ficaria completo sem a homenagem ao cidadão português cuja ação jamais podemos esquecer, pois terá ajudado a salvar milhares de pessoas que pretendiam fugir à perseguição nazi, durante a II Guerra Mundial.

Aristides de Sousa Mendes do Amaral e Abranches nasceu em Cabanas de Viriato, concelho de Carregal do Sal, a 19 de julho de 1885, no seio de uma família aristocrática rural, católica e conservadora. Depois de concluir a licenciatura em Direito tornou-se cônsul e, ao longo da sua vida, ocupou diversas delegações consulares portuguesas pelo mundo fora. Foi Cônsul de Portugal em Bordéus, França, em 1940, ano da invasão daquele país pela Alemanha nazi na sequência da Segunda Grande Guerra, numa altura em que Salazar governava Portugal.

Durante o período da guerra, Salazar terá mantido a neutralidade de Portugal perante aquele conflito, mas Sousa Mendes contrariando as ordens do governante português terá concedido (defendem alguns) mais de 30.000 vistos de entrada em Portugal a refugiados de várias nacionalidades que desejavam sair de França, para fugir à guerra. Com o exército alemão a aproximar-se de Paris, muitas pessoas, em pânico, tentaram sair do país e refugiar-se noutros que os acolhessem, em segurança.

Não se sabe ao certo o número total de vistos passados por Sousa Mendes, devido a muitos deles não terem sido registados, mas a verdade é que o cônsul revelou uma coragem e uma determinação invulgares, pois, consciente do risco que esta ação constituía para a sua vida e a da sua família, recusou-se a entregar milhares de pessoas a um destino certo nos campos de concentração nazis. Confrontado com os primeiros avisos do governo de Lisboa, ele terá dito: *“Se há que desobedecer, prefiro que seja a uma ordem dos homens do que a uma ordem de Deus”*.

Em consequência dos seus atos, Aristides de Sousa Mendes foi destituído do cargo, por Salazar, alvo de um processo disciplinar e acusado, pelo governo português de desobediência e falsificação de documentos. Apesar dos apelos do cônsul para voltar ao serviço, Salazar não cedeu, recusado mesmo recebe-lo pessoalmente. Para sobreviver à situação de destituição do cargo diplomático, o cônsul teve que desfazer-se da sua casa em Cabanas de Viriato que, assim, entrou numa fase de ruína crescente. Faleceu na miséria, a 3 de abril de 1954, no hospital dos franciscanos, em Lisboa.

No ano 2000 foi criada a Fundação Aristides de Sousa Mendes, depois de o cônsul ter sido reconhecido e reabilitado pelo Ministério de Negócios Estrangeiros, em 1988. Pretende perpetuar a memória de Aristides de Sousa Mendes e a sua ação exemplar, pois arriscou a sua carreira, contrariando, por sua conta e risco, ordens superiores, em nome de princípios universais de solidariedade e de humanidade. A reabilitação da sua memória foi um processo lento, que só ficou concluído catorze anos depois da queda da ditadura salazarista.



Cecília Meireles
Deputada Assembleia da República

A Caixa Geral de Depósitos é um banco público e uma instituição financeira de referência e, ao contrário do que muitos tentaram nas últimas semanas convenientemente fazer crer, ninguém põe isso em causa. Escrutinar a forma como o Governo a conduz, fazer perguntas sobre as suas necessidades de capital (sobretudo quando, como é o caso, elas implicam injeções de dinheiro dos contribuintes) e questionar a maneira como ela é ou pode ser gerida não é pôr em causa a CGD. Pelo contrário, é não só um direito, mas também um dever de todos os que acham que a CGD se deve manter uma instituição pública de referência.

Nesta matéria, praticamente desde que tomou posse, o Governo fez grandes proclamações sobre a estabilidade financeira e a importância de um sistema financeiro sólido para a economia. No entanto, a sua prática tem sido bastante mais a de destabilizar o sistema financeiro do que a de, como se impunha, resolver o problema. Ou pelo menos, não o agravar.

Há meses que assistimos a uma verdadeira novela no que toca à nomeação da administração da CGD. Primeiro com demoras dificilmente explicáveis, depois com a necessidade de uma recapitalização urgente que ainda hoje não está finalizada. Pelo meio, tivemos a nomeação de uma nova administração acompanhada de uma lei feita à medida para estes novos administradores e para as suas exigências, isentando-os do cumprimento das regras básicas dos gestores públicos, como os limites para os salários ou a entrega de declarações de rendimentos no Tribunal Constitucional.

Chegámos ao cúmulo de ser preciso fazer uma Comissão Parlamentar de Inquérito para o Governo responder às perguntas mais básicas sobre toda esta trapalhada. Lamentavelmente, quando as respostas a que se conseguiu chegar começaram a ser desconfortáveis para o Governo, o PS, unido ao BE e ao PCP, rapidamente quiseram por todos os meios por termo a este inquérito. É esta a estranha noção de Democracia destes partidos e desta maioria. A oposição só pode fazer perguntas desde que as respostas não sejam desagradáveis para o Governo!

Pelo meio, ainda tivemos que assistir ao espetáculo constrangedor do Ministro das Finanças, numa conferência de imprensa, a tentar explicar a diferença entre uma mentira e um erro de percepção mútua. Não é edificante e, sobretudo, não inspira a confiança de que a economia portuguesa tanto precisa para se poder desenvolver, fortalecer e produzir resultados.



CERTIDÃO

Certifico, para fins de publicação, nos termos do art.º 100.º do código do notariado, que por escritura de justificação notarial, outorgada neste cartório notarial, em 16/02/2017, lavrada a partir de folhas trinta e seis do respetivo livro de notas número oitenta e seis C,

António Júlio Lopes, NIF 104 222 956, e mulher **Maria Arminda**, NIF 162 457 987, casados sob o regime da comunhão geral, naturais ele da freguesia de Zedes e ela da freguesia de Amedo, ambas do concelho de Carrazeda de Ansiães, residentes na Rua do Campo da Bola, Areias, freguesia de Amedo e Zedes, concelho de Carrazeda de Ansiães, declararam:

-----Que, com exclusão de outrem, são donos e legítimos possuidores de um **prédio rústico** composto de terra de horta, centeio, videiras e árvores de fruto, com uma área de cinco mil e cem metros quadrados, sito na Fonte Fria, **freguesia de Amedo e Zedes, concelho de Carrazeda de Ansiães**, a confrontar do norte com António Oliveira, do poente com António João Sampaio, do nascente com João de Sousa e do sul com Augusto Lopes Sampaio, ainda não descrito na Conservatória do Registo Predial de Carrazeda de Ansiães, inscrito na respetiva matriz sob o artigo **1784** (anteriormente inscrito sob o artigo 1206 da *extinta freguesia de Amedo*), com o valor patrimonial para efeitos de IMT de € 1918,71, igual ao que lhe atribuem.

-----Que entraram na posse do indicado prédio em dia e mês que não conseguem precisar no ano de mil novecentos e sessenta, por doação a Dionísio do Nascimento e mulher Olímpia de Jesus, casados na comunhão geral, e residentes no dito Amedo, já falecidos.

-----Que, deste modo não ficaram a dispor de título formal que lhes permita registar na aludida Conservatória do Registo Predial o identificado prédio, porém, desde a citada data em que se operou a tradição material do mesmo, eles justificantes, já possuem em nome e interesse próprios, o prédio em causa, tendo sempre sobre ele praticado todos os atos materiais de uso e aproveitamento agrícola, tais como, amanhando-o, semeando-o, cultivando-o, colhendo os produtos semeados, aproveitando, assim, dele todas as suas correspondentes utilidades e pagando todas as contribuições e impostos por ele devidos, agindo sempre como seus proprietários, quer na sua fruição, quer no suporte dos seus encargos tudo isso realizado à vista de toda a gente, sem qualquer ocultação, de forma continuada, ostensiva e ininterrupta desde o seu início, sem qualquer oposição ou obstáculo de quem quer que seja e sempre no convencimento de o fazerem em coisa própria, tendo, assim, mantido e exercido sobre os identificados prédios, durante mais de vinte anos e com o conhecimento da generalidade das pessoas vizinhas, uma posse pública, pacífica, contínua e em nome próprio, pelo que adquiriram o citado prédio por **usucapião**, que expressamente invocam para justificar o seu direito de propriedade para fins de primeira inserção no registo predial, direito esse que pela sua própria natureza não pode ser comprovado por qualquer título formal extrajudicial.

Extraí a presente certidão de teor parcial que vai conforme o seu original, e na parte omitida nada há em contrário que amplie, restrinja, modifique ou condicione a parte transcrita.
16.02.2017. A Conservadora,
(Ana Paula Pinto Filipe da Costa) Conta registada sob o n.º 85.

Bragança é o concelho que mais exporta e Carrazeda foi o que mais subiu

Eduardo Pinto

Oito dos doze concelhos do distrito de Bragança aumentaram as suas exportações, entre 2013 e 2015.

Nos dados mais recentes das exportações de bens, facultados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), Bragança aparece como líder destacado com mais de 500 milhões de euros, mas em termos percentuais foi o concelho de Carrazeda de Ansiães que mais cresceu, registando, em três anos, um aumento de 278 por cento.

Segundo o INE, entre 2013 e 2015, oito concelhos do distrito de Bragança melhoraram a sua performance na venda de bens ao exterior. As principais subidas foram registadas em Carrazeda de Ansiães, Alfândega da Fé e Macedo de Cavaleiros.

Mas há quatro concelhos que viram diminuir as exportações nesse período: Vinhais, Miranda do Douro, Torre de Moncorvo e Freixo de Espada à Cinta.

Bragança lidera destacado com um volume de exportações, em 2015, de 564 milhões de euros, mais 107 por cento do que aconteceu, em 2013, quando realizou 271 milhões de euros. A empresa Faurécia é a grande responsável por este volume elevado de exportações.

Vila Flor aparece no segundo lugar neste ranking das exportações com um total de 12 milhões de euros, em 2015, melhorando o seu desempenho em 35 por cento, se comparado com 2013.

Na terceira posição está o concelho de Mirandela, com 11,8 milhões de euros, registando um aumento de 22 por cento, se comparado com 2013.

No quarto lugar aparece Macedo de Cavaleiros que registou um aumento de 185 por cento, passando de 2,9 milhões de euros, em 2013, para 8,3 milhões, três anos depois.

Miranda do Douro é o quinto nesta lista com um volume de exportações de 7,1 milhões de euros, ainda assim teve um decréscimo de 9 por cento.

No meio da tabela do distrito aparece o concelho de Alfândega da Fé com sete milhões de euros, registando uma subida de 274 por cento, já que em 2013 a verba era de 1,9 milhões de euros.

No sétimo lugar está Vinhais com um milhão e setecentos mil euros. Ainda assim, diminuiu o volume de exportações em 69 por cento, face a 2013 quando registou 5,4 milhões.

Mogadouro está no oitavo lugar com um milhão e cem mil euros, melhorando o seu desempenho em 79 por cento, quando em 2013 faturava 600 mil euros.

A seguir vem Carrazeda de Ansiães, no nono lugar, com um milhão de euros, registando a maior subida do distrito, com mais 278 por cento, comparativamente a 2013, quando o volume de vendas ao estrangeiro foi de 279 mil euros.

Freixo de Espada à Cinta é o décimo classificado no ranking distrital com 890 mil euros, registando uma diminuição de 1,9 por cento, face a 2013.

Nas duas últimas posições estão os concelhos de Vimioso, com 477 mil euros em exportações, mais 47 por cento, e Torre de Moncorvo com 390 mil euros, menos 25 por cento que em 2013.

Já são conhecidos candidatos do PSD às Câmaras do distrito de Bragança

O PSD de Bragança já anunciou os candidatos às 12 câmaras do distrito.

Carrazeda de Ansiães é o único concelho onde o autarca atual não se recandidata. Embora ainda pudesse concorrer a mais um mandato, José Luís Correia vai dar lugar à candidatura do atual presidente da Assembleia Municipal, João Gonçalves.

O PSD recandidata os atuais presidentes das câmaras: Hernâni Dias em Bragança, Duarte Moreno em Macedo de Cavaleiros, António Branco em Mirandela, Nuno Gonçalves em Torre de Moncorvo, Jorge Fidalgo em Vimioso e Maria do Céu Quintas em Freixo de Espada à Cinta.

O PSD tem nos acordos com o CDS-PP, em Macedo de Cavaleiros e Mogadouro, e mantém os que já tinham sido feitos nas anteriores eleições autárquicas em Torre de Moncorvo, Vila Flor, Alfândega da Fé e Vinhais.

Nos concelhos onde o PS é poder, Pedro Lima concorre em Vila Flor, Víctor Bebião em Alfândega da Fé, Carlos Almendra em Vinhais, Manuel Cordeiro em Mogadouro e Manuel Rodrigo tentar recuperar o lugar que deixou há oito anos, quando perdeu a câmara para o socialista Artur Nunes.

Eduardo Pinto

PS anuncia candidatos às próximas autárquicas no distrito de Bragança

Em Carrazeda de Ansiães, tudo leva a crer que os socialistas não vão apresentar candidato próprio à presidência da Câmara e optar por apoiar a candidatura independente de Frederico Meireles.

O PS recandidata os atuais autarcas, nos municípios em que está no poder. Em Alfândega da Fé, Berta Nunes; em Miranda do Douro, Artur Nunes; em Mogadouro, Francisco Guimarães; e em Vila Flor, Fernando Barros.

Em Vinhais, o atual presidente, Américo Pereira, não pode recandidatar-se, por estar à beira de fazer três mandatos consecutivos e, por isso, avança Luís Fernandes, que agora é vice-presidente.

O candidato à Câmara de Bragança é Carlos Guerra, atual presidente da Federação Distrital do partido.

Em Freixo de Espada à Cinta, o antigo autarca José Santos, que perdeu a Câmara para o PSD há quatro anos, recandidata-se.

Em Macedo de Cavaleiros, avança o médico Benjamim Rodrigues, em Mirandela a deputada Júlia Rodrigues, em Torre de Moncorvo a candidata é Milú Pontes e em Vimioso concorre Jorge Fernandes.

Presidente do PSD de Bragança quer Carrazeda, Moncorvo e Freixo na CIM de Trás-os-Montes

O presidente da distrital de Bragança do PSD, Jorge Fidalgo, defende que a Comunidade Intermunicipal (CIM) Terras de Trás-os-Montes deve integrar todos os concelhos do distrito.

Atualmente, os concelhos de Carrazeda de Ansiães, Torre de Moncorvo e Freixo de Espada à Cinta pertencem à Comunidade Intermunicipal do Douro.

Jorge Fidalgo gostaria de os ver integrados na CIM Terras de Trás-os-Montes, porque “não faz sentido estarem numa CIM e depender de serviços que estão na outra, ao nível, por exemplo, dos centros de emprego ou da Segurança Social”. O também autarca de Vimioso salienta ainda que aqueles três concelhos “têm mais identidade com o resto do distrito de Bragança”.

Câmara de Alfândega da Fé lidera de novo o índice de transparência do país

Alfândega da Fé repetiu, pelo terceiro ano consecutivo, a liderança no Índice de Transparência Municipal de 2016. Trata-se de um ranking da responsabilidade da Transparência e Integridade, uma associação cívica não-governamental, representante em Portugal da rede global anticorrupção. Esta avalia a informação disponibilizada pelas câmaras nos seus sites.

Para além da liderança de Alfândega da Fé, e desta vez com pontuação máxima, também o Município de Vila Flor está em destaque neste ranking, já que foi aquele que registou a maior subida dos 308 municípios, relativamente a 2015.

O segundo melhor município do distrito é Bragança. Aparece no lugar 46, depois de uma subida de 76 lugares relativamente a 2015, quando estava na posição 106.

Vila Flor é o terceiro lugar do distrito. Depois de em 2015 ter sido o pior, no lugar 305, agora foi o que mais subiu, passando para o número 51. Uma subida de 254 posições.

Segue-se Macedo de Cavaleiros. Passou do lugar 163 em 2015 para a posição 57 em 2016.

O quinto município do distrito de Bragança é o de Miranda do Douro, no lugar 60, ainda assim desceu quatro posições. Segue-se Vimioso, no lugar 70, protagonizando uma das maiores subidas, já que estava no lugar 212, em 2015.

O município de Mirandela era, em 2015, o segundo melhor do distrito e passou agora para sétimo. A nível nacional, estava no 16º lugar do ranking, agora está no lugar 83, descendo 67 posições.

A partir daqui aparecem os restantes cinco municípios do distrito que já têm uma nota negativa, inferior a 50 pontos.

Vinhais está no lugar 147, Mogadouro na posição 255, Carrazeda de Ansiães no 264, Torre de Moncorvo, na posição 290 e Freixo de Espada à Cinta é o último do distrito no lugar 303, ou seja o sexto pior do país.



Ainda há milagres

Fernanda Natália



Luísa, olhar triste, olhando o vazio, balouçava-se na cadeira de verga carcomida, quase octogenária como ela. De vez em quando espicaçava o lume, querendo acordá-lo da dormência das chamas que também a levavam a cerrar os olhos e dormir. A solidão tomara conta do seu quotidiano e, não fora o gato Tobias que se lhe aninhava aos pés, passava horas e dias infindáveis sem ver um ser vivo.

Recostou-se, deu um suspiro arrancado do mais profundo das suas entranhas e voltou a cabeça em direcção ao cabide de ferro forjado onde há quase três décadas permanecia o boné que pertencera ao seu António. O olhar prendeu-se-lhe na única recordação que lhe ficara daquele que fora seu companheiro até que “uma doença ruim” os afastara. Não sentia tristeza, a bem da verdade ela já nem sabia distinguir sentimentos porque todos se misturavam e a envolviam num permanente estado de letargia. Saudade, sim, talvez aquilo que ainda lhe restava era a saudade dos tempos em que, com o seu António, não perdia um arraial nos primeiros anos de casados. Como ela gostava de usar a sua camisa de chita florida, a saia de burel e o lenço de merino. Eram dias em que se esqueciam as canseiras dos trabalhos agrícolas. E não faltava a bola de Resende e o melão para confortar o estômago ao fim de uma noite de bailarico. Depois vieram os filhos e as responsabilidades já eram outras. Perdeu muitas noites a embalar-los, chorou sempre que uma ponta de febre lhes enrubescia a face que tantas vezes mimara com beijos, trabalharam duro para os poder mandar estudar, enchiam-lhes a casa com as novidades agrícolas. Quantos anos a fio enchia os cestos com o que de melhor os seus terrenos produziam e os levava à cabeça para despachar no comboio, ficando a imaginar a sua alegria ao retirar os cachos de uvas e os figos, tudo muito bem protegido com as folhas de videira, para que se deliciassem e matassem saudades da aldeia?! Depois foram deixando de aparecer e dar notícias e agora até ela já nem conseguia recordar de como eram os seus rostos. ...filhos? Mas ela tinha filhos? As ideias baralhavam-se-lhe, bailando na sua memória da qual já nem ela estava bem certa se o que pensava era realidade ou imaginação.

Puxou o lenço preto para a frente do rosto para logo a seguir o voltar a puxar no sentido inverso obrigando o cabelo branco amarelecido pelo fumo da lareira a ficar mais alinhado. As mãos calejadas e ásperas passou-as sobre as rugas, sentindo que cada imperfeição do rosto era uma marca das partidas que a vida lhe pregara.

Olhou pela janela onde as teias de aranha complementavam a cortina poida pelo tempo. Já era noite cerrada. Lá fora o vento fustigava as folhas da trepadeira que teimava em crescer junto à entrada de casa.

De repente, pareceu-lhe ouvir barulho e chegou a sentir algum receio, não sabendo o que fazer. Ninguém vinha a sua casa e, aquela hora? Mas, logo a seguir ouviu um coro de vozes cuja melodia a transportou para a sua mocidade,

“Quem diremos nós que viva”...

Sem dar por isso, sorriu e levantou-se tão depressa que se não fosse a agilidade do Tobias por certo lhe pisaria o rabo. Dirigiu-se para a porta, escancarou-a e viu um grupo de escuteiros que lhe cantavam os reis, trazendo nos olhos um brilho de alegria que há muito não tinha visto.

Convidou-os a entrar acrescentando que não tinha nada para lhes oferecer. Disseram-lhe que não vinham para que lhes desse mas para lhe oferecer companhia, música, cantorias...para partilharem com ela os bens que já lhes tinham oferecido.

E ali ficaram junto à lareira a relembrar músicas de outrora. Todos notaram que, daquela boca desdentada, saía um sorriso puro e pleno de alegria, parecendo prolongar-se em cada uma das rugas.

Quando de manhã se levantou pensou que tinha sonhado. Arrastou-se para a cozinha acompanhada pelo seu bichano e olhou incrédula para a mesa. Lá estavam os restos dos bons sabores que provara na noite anterior. Noite que para ela lhe pareceu um milagre porque julgava que já ninguém se lembraria dela.

Afagou o gato e voltou a sorrir.



Ao correr da pena...

Manuel Barreiras Pinto

Hoje, porque é dia de namorados e não só. Porque me levantei satisfeito, com o irmão Sol a fazer a sua visita matinal, quando o relógio oficial diz que são 10 horas da manhã e preparado para enfrentar o dia ao correr da pena....

Ontem foi o dia da Rádio e a Cooperativa Rádio Ansiães, teve a visita da SIC que fez uma bela reportagem sobre o que se passa na nossa Cooperativa, porque ao contrário de outras rádios locais, esta foi fundada por Cooperantes e pertence ao conjunto dos seus associados. Ficamos a conhecer o tio Acácio que explicou a origem e o modo de falar com aqueles termos no concelho transmontano de onde é natural, pois ele é emigrante em França.

Mais perto por cá, no início deste ano 2017, a Associação Recreativa e Cultural de Pombal de Ansiães, elegeu uma nova Direção. Parabéns e felicidades a toda a equipa no desempenho das suas funções. Acredito que não é tarefa fácil, há muito trabalho para desenvolver e certamente que com a ajuda voluntária, que for solicitada, o barco vai chegar a bom porto.

Com a saída anunciada e prematura, do nosso timoneiro, nem do cais do Tua na Barca d'Ouro a viagem está segura, a política, ficou mais pobre. Um dia com a isenção reconhecida dos que adormecem tranquilamente no quotidiano o sono dos justos, vai ser publicada a história dos políticos que (se) serviram da Autarquia para proveito próprio ou outros fins... Pelo terceiro ano consecutivo a Câmara de Alfandega da Fé volta a liderar o ranking da "transparência e integridade, uma associação cívica da rede global anticorrupção" O 2º lugar do distrito é Bragança e o 3º lugar do distrito é Vila Flor, que em 2015 era o pior do distrito no lugar 305. Com nota negativa no campo da anticorrupção temos Carrazeda de Ansiães no lugar 264, acima de Torre de Moncorvo e em último Freixo de Espada à Cinta, que é o sexto pior do país. A Transparência e Integridade é uma associação cívica e analisou e avaliou informação de 308 câmaras municipais do país. Mas, em ano de eleições, será oportuno falar disto? O que lá vai, lá vai e águas passadas não movem moinhos...

O Futuro é que é... é verdade o presente é hoje, e vamos vivê-lo a pensar no amanhã e amanhã, vamos ter o que temos hoje, ou menos um bom bocado, é que as coisas só se desenvolvem se houver investimentos se apostarmos nos Jovens, criando postos de trabalho, indústrias, fábricas, apostar na Zona Industrial no Hotel que falta em Carrazeda, falta o Hotel, mas há mais casas de Turismo Rural. Ao correr da pena, tenho pena, que um dia a casa venha abaixo eu que defendi a certa altura uma medida do Governo que mais ou menos planeava na altura o seguinte: - Em concelhos com menos de 6.000 mil habitantes, vão ser anexados a concelhos vizinhos, e assim juntos havia a hipótese de mais fundos para gerir os mesmos e outras oportunidades etc. E, eu aplaudi e recordei que junto do Presidente na altura eu dizia que bom vai ser Carrazeda, Vila Flor e Mirandela, unidos com uma administração única, competente e capaz de criar postos de trabalho, incentivos e zonas a reserva de Carrazeda, o vinho e maçã, Vila Flor, vinho e o Azeite de todos os concelhos, reunido na mesma marca e identidade. Reserva de índios civilizados, que apostariam no Turismo, e Turismo religioso, na caça, e nos passeios pedestres, pelo património natural da região. Estou a sonhar?! Infelizmente a regionalização, não vai acontecer, porque os Partidos tradicionais e naturais ficavam sem clientela e nós precisamos de ter um bode expiatório a quem deitar a culpa, que nunca é nossa, por mais evidente que seja, que fazer?! Dançar, pedir chuva e... sorriam, passem bem e até ao próximo mês a brincar a brincar bom Carnaval. Fevereiro 2017

Manuel Barreiras Pinto

NOITE DA MULHER

11 de Março

PROGRAMA

19H30- JANTAR
ANIMAÇÃO GRUPO DE CANTARES AO DESAFIO
21H30 - ENTRADA LIVRE

INSCRIÇÕES

até 8 de Março

BAR DA ARCPA

ROSALINA CARVALHO - 962 833 719

www.arcpa.pt

PREÇO - 7€

POMBAL



INAUGURAÇÃO DO PR1CRZ "TRILHO DE S. LOURENÇO"

Foi feita a apresentação na FNAC do Mar Shopping, no dia 17 de fevereiro, do PR1CRZ "Trilho de S. Lourenço" integrado na Rede de Percursos Pedestres do Parque Natural Regional do Vale do Tua e do "Ansiães Douro Trail", uma iniciativa do Município de Carrazeda de Ansiães em colaboração com a Naturthoughts, Turismo de Natureza.

No dia 19 de Março, pelas 8h45, vai ser inaugurado na aldeia de Pombal de Ansiães o PR1CRZ "Trilho de S. Lourenço", integrado na Rede de Percursos Pedestres do Parque Natural Regional do Vale do Tua.

Do programa para este dia constam várias iniciativas, destacando-se um percurso pedestre, com cerca de 12 km, um almoço de confraternização na sede da ARCPA de Pombal de Ansiães, uma ação de divulgação da Rede de Percursos Pedestres do PNRVT e um workshop de Pedestrianismo.

As inscrições para esta actividade já estão abertas e podem ser efectuadas presencialmente na Loja Interativa de Turismo de Carrazeda de Ansiães, através do telefone 278 098 507 ou do envio da ficha de inscrição para lit@cmca.pt

Esta iniciativa do Parque Natural Regional do Vale do Tua conta com o apoio do Município de Carrazeda de Ansiães, da Junta de Freguesia de Pombal de Ansiães e da Naturthoughts, Turismo de Natureza.

Fonte e fotos: Município de Carrazeda de Ansiães



PROGRAMA:

FEVEREIRO, 17

- 21h30 **Cerimónia de divulgação da Rede de Percursos Pedestres do PNRVT**
(FNAC do Mar Shopping)
- 21h45 **Apresentação da PR1 CRZ "Trilho de São Lourenço"**
- 22h00 **Apresentação do "Ansiães Douro Trail"**

MARÇO, 19

- 08h45 **Inauguração da PR1 CRZ "Trilho de São Lourenço"**
(Início e fim na Junta de Freguesia de Pombal)
- 09h00 ***Percurso pedestre pela PR1 CRZ "Trilho de São Lourenço"**
(Início e fim na Junta de Freguesia de Pombal) Valor de inscrição 7€
- 13h00 **Almoço**** (Pombal)
- 15h30 **Cerimónia de divulgação da Rede de Percursos Pedestres do PNRVT**
(Associação Recreativa e Cultural de Pombal)
- 16h30 **Workshop "Pedestrianismo - Equipamento aconselhado"**
Domingos Pires e João Neves (Associação Recreativa e Cultural de Pombal) - Grátis



* Inscrições até às 16h00 do dia 16 de março de 2017
no posto de turismo do município de Carrazeda de Ansiães,
ou pelo email lit@cmca.pt

**Almoço apenas para participantes do percurso pedestre

A REDE DE PERCursos PEDESTRES HOMOLOGADOS DO PNRVT É UM ALICIANTE PRODUTO TURÍSTICO QUE PROMOVE A PRÁTICA DO PEDESTRIANISMO EM SEGURANÇA, CONCILIA, DE FORMA EQUILIBRADA, OS DESÍGNIOS DA SUSTENTABILIDADE NOS CONTEXTOS SOCIAL, ECONÓMICO E AMBIENTAL E PRIVILEGIA A PRESERVAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PATRIMÓNIO MATERIAL E IMATERIAL DO PARQUE, BEM COMO A CRIAÇÃO DE SINERGIAS ENTRE A POPULAÇÃO LOCAL, O TERRITÓRIO E OS TURISTAS.